

ATA DA CENTÉSIMA QUARTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de junho de dois mil e três deu-se início a Centésima Quarta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente -CONANDA, presidida pelo Vice-Presidente José Fernando da Silva (ABONG). Estiveram presentes os conselheiros titulares Saulo de Castro Bezerra (ABMP); Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria); Elisabete Borgianni (CFESS); Maria Izabel da Silva (CUT); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Marcos Antonio Paiva Colares (OAB); Maria das Graças Fonseca Cruz (CNBB); Laura Nazareth de Azevedo Rossetti (FENAPAES); Alessandro Victor Gama e Silva (MNMMR); Nilmário Miranda (SEDH); Ivanildo Franzosi (Casa Civil da Presidência da República) Regina Celeste Bezerra Affonso Carvalho (MS); Ana Maria Ângela Bravo Vilalba (MINC); Osvaldo Marcolino (MF); Margarida Munguba Cardoso (MTE) Tânia Mara Eller da Cruz (MPOG). Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Mário Mamede (SEDH); Tânia Alexandra Maliuski (MRE) e Marilda Marfan (MEC). Presentes ainda os conselheiros não governamentais suplentes Vicente Falqueto (UBEE); Jessimar Dias Pereira (Inspetoria São João Bosco – Salesianos); Marcelo Gentil Nascimento da Cruz (IPAM); Miguel Angel Cal Gonzáles (CFP); Antonio Pereira da Silva Filho (CGT); **I - Leitura, Discussão e Aprovação da Pauta e das Atas das Centésimas Segunda e Terceira Assembléias Ordinárias do CONANDA.** O Vice-Presidente abriu os trabalhos submetendo a Pauta tendo a mesma sido aprovada pela plenária com correções pertinentes. Foi aprovada também a Ata da Centésima Segunda Assembléia Ordinária, ficando a Ata da Centésima Terceira Assembléia para o mês de julho, tendo em vista o acúmulo de trabalho na Secretaria Executiva do Conselho. **II – Apresentação do Processo de Articulação do Governo Federal sobre o Combate a Violência Sexual Infanto Juvenil** – O Vice Presidente apresentou a Secretaria

Nacional de Justiça Dr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas, que inicialmente cumprimentou a todos e em seguida fez uma breve explanação das ações do Núcleo de Enfrentamento à Violência e a Exploração Sexual, composto por uma Comissão Interministerial do Governo Federal. A Secretária esclareceu que o Governo Federal assumiu a questão, delegando competência ao Ministério da Justiça através da Secretaria Nacional para desenvolver as articulações. O objetivo era formar um grupo com representantes de vários ministérios, órgãos internacionais e representantes da sociedade civil, para que houvesse harmonia entre o governo e a sociedade nesta área e o conhecimento de todos os trabalhos existentes. O núcleo tem sido propositivo, no sentido de que cada um pode oferecer. O Ministério da justiça tem recebido ajuda da Política Federal, tem havido troca de experiências entre os vários órgãos e parcerias com o Poder Legislativo/Frente Parlamentar no sentido de acompanhar os Projetos que estão tramitando em regime de urgência. O trabalho do Núcleo tem ainda procurado respeitar os trabalhos que os órgãos vem desenvolvendo, cuja preocupação é manter diálogos constantes para somar esforços sem invasão nas ações que estão sendo realizadas. Dr^a Claudia esclareceu que o Núcleo está aberto à sugestões. A conselheira Rachel agradeceu a Secretária, afirmando ser de extrema importância a sua presença neste Conselho para clarear o que está sendo feito e para dissolver os mal-entendidos. Reportou-se a Carta de Natal, a qual delegou competência ao Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, instância da Sociedade Civil para as devidas articulações, porém com os esclarecimentos da Secretaria a conselheira alegou que ficou claro os papéis de cada um dos parceiros, onde o Comitê Nacional será o interlocutor junto ao Núcleo. A conselheira Marilda alegou que não havia ficado claro para ela a participação do MEC. A conselheira Margarida expôs que o Ministério do Trabalho e Emprego estava na linha preventivo e de repressão. Ressaltou que está se fazendo um levantamento nos vários ministérios, cujo norteador é o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. O conselheiro Marcos

complementou a fala da conselheira Rachel solicitando à Secretária a viabilidade de aporte financeiro de recursos para o Comitê Nacional. A Secretária concordou que havia um mal estar entre os órgãos que atuam na área, porém depois as coisas foram se organizando e o Núcleo criando o seu perfil. Com relação à solicitação de aporte financeiro, esclareceu que não há verba e nem previsão, porém as ações do Núcleo serão incluídas no PPA 2004-2007. Com relação ao MEC foi esclarecido que o mesmo estava participando do Núcleo desde o início dos trabalhos e que o seu representante tem sido uma pessoa muito atuante. O MEC ficou responsável pelo eixo da sexualidade de crianças e adolescentes, capacitação de professores e livros didáticos. A Secretaria aproveitou a oportunidade para convidar o CONANDA a integrar o Núcleo. O conselheiro Mário Mamede salientou que houve um grande salto de qualidade e que a parceria está consolidada. Para ele a Comissão chegou com uma forte atuação do estado brasileiro e que hoje não são mais ações isoladas, mas de impacto, com a participação do Governo Federal, Estado e Sociedade Civil. A Secretaria agradeceu a oportunidade de estar presente neste Conselho, colocando-se a disposição de todos.

III – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas – Os Coordenadores das Comissões Temáticas se reuniram das quatorze às quinze horas do dia dez com representantes do UNICEF para tratarem de assuntos referentes a compatibilização das Metas do Milênio e do Pacto pela Paz. A Comissão de Políticas Públicas também se reuniu no mesmo dia no período da tarde e no dia seguinte para tratar de assuntos referentes a V Conferência Nacional e demais assuntos pertinentes. As demais Comissões se reuniram no dia onze no final da manhã e no período da tarde para tratarem de assuntos afetos as suas áreas de atuação.

IV – Sessão Ampliada da Assembléia com a participação da Sra. Susana Vilarán de La Puente – Relatora para Assuntos da Criança e do Adolescente na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos e Representantes do Parlamento Brasileiro – O Presidente abriu os trabalhos cumprimentando todos e externando a honra do CONANDA em receber os ilustres visitantes. Foram convidados e estiveram presentes

nesta reunião os principais órgãos da sociedade civil e representantes do Parlamento Brasileiro, tais como: Subsecretaria de Promoção da Criança e do Adolescente, Frente Parlamentar, Fórum Nacional DCA, INESC, CECRIA, UNICEF, IPEA, Deputada Federal Telma de Souza – (PT_SP), Fórum Nacional PETI, ANDI, FONACRIAD e MNMMR. A Sra. Vilarén cumprimentou a todos falando da importância do CONANDA para o Brasil e dos quarenta anos efetivos de proteção dos Direitos Humanos na Corte Interamericana que é composta por sete membros eleitos por um mandato de quatro anos. Os representantes são pessoas qualificadas na área dos Direitos Humanos para desenvolver trabalho imparcial. A Comissão tem basicamente duas tarefas primordiais, sendo que a primeira consiste em visitar aos países para acompanhar a questão dos direitos humanos relacionados aos compromissos dos países com esses direitos e averiguar “in loco” a violação desses direitos alegando que existem problemas seríssimos e emblemáticos relativos a essas violações. Os problemas são levados à Corte para os devidos encaminhamentos. A segunda tarefa é de relatoria dos trabalhos. A Sra. Susana apresentou livro e compendio contendo os direitos da criança e do adolescente, imigrantes, direitos da mulher, país e outros complementou informando ser a relatora para os assuntos da Nicarágua e Guatemala e Brasil. Esclareceu que a relatoria da Criança e do Adolescente fora criada recentemente tendo em vista a grave situação da Febem São Paulo. Apontou como casos mais emblemáticos no Brasil a falta de registro de nascimento, trabalho doméstico, piores formas de trabalho Infantil, violência intrafamiliar, exploração sexual e comercial contra crianças e adolescentes, abortos e outros. Apontou o Estatuto da Criança e do Adolescente como pioneiro no continente e a sua importante contribuição com outros países. Abriu-se o debate com a palavra da Deputada Federal Maria do Rosário, Coordenadora da Frente Parlamentar, que abordou a questão da CPI que investiga as redes de exploração sexual comercial no país. Falou da importância do Estatuto e dos Conselhos que estruturam a sociedade de forma sistêmica e do trabalho protetivo desenvolvido em rede nas denúncias sobre violência e os agentes violadores.

Falou ainda do trabalho integrado de todas as Comissões no Congresso Nacional e o formento para a criação das Frentes Parlamentares pela Criança a nível de Estado e Município. O representante do CECRIA, Vicente Faleiros, abordou que a questão dos direitos humanos muitas vezes é declaratória, tendo –se que pensar como torna-la asseguratória e compatibiliza-la na América Latina. Indagou se há possibilidade de criar em cada país uma Corte, para assegura os direitos de todos. A Senadora Patrícia Gomes também abordou a instalação da CPI Mista para apurar a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes propondo incluir este tema no rol das política pública eliminando a política compensatória e a integração entre a Câmara e o Senado na busca da garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. A Sra. Elena representante do UNICEF falou da atuação do UNICEF no Brasil, as suas conquistas e desafios. Falou do plano de ação que é de cooperação com o país, cujas metas estão estabelecidas para um período de cinco anos com o objetivos de fazer valer os direitos e atuando no ciclo do desenvolvimento da Criança e do adolescente. Nas políticas transversais o modelo de gestão é o sistema de garantia de direitos. O monitoramento aborda o acompanhamento do orçamento e dos indicadores e todos estão baseados nas metas do milênio. Com relação as conquistas ressaltou a redução da taxa de mortalidade infantil e do trabalho infantil. Quanto aos desafios citou a questão do extermínio de adolescentes, violência institucional (Caso Febem), iniquidade e desigualdade, racismo nas escolas, violência domestica. Para somar estes desafios o Unicef está propondo ações voltadas para raça, etnia, gênero e discussão sobre papel da família. A Sra. Natalí/IPEA, abordou a avaliação dos abrigos, pesquisa que está sendo realizada através de Convênio com o CONANDA/FNCA. A Sra. Isa de Oliveira, Secretaria Executiva do Fórum Nacional PETI apresentou o processo de articulação e participação desde o ano de 1994. para ela o resultado das ações do Fórum é um produto do amadurecimento da sociedade brasileira. E' um espaço não institucionalizado, democrático, político, de articulação e mobilização com participação quadripartite Governo Federal, trabalhadores, sociedade civil e empregadores. O

Fórum é abrigado pela SEDH e integrados por quarenta e quatro Entidades e vinte e seis Fóruns foi a inclusão na agenda nacional das ações de prevenção e o combate ao trabalho infantil em todas as suas formas, contribuindo para a ratificação das convenções nº 138 e 182. Com relação a análise arcabouço jurídico a proposta do Fórum é a garantia e defesa da escola de qualidade para todas as crianças e adolescentes, os mecanismos de controle de fiscalização e a melhoria da renda familiar. Finalizando, informou que nesta data estava comemorando o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. A deputada Federal Telma de Sousa da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados e integrante da Frente Parlamentar falou que o novo governo ainda tem extrema dificuldade de atuação nos ministérios. Propõe que através das ações voltadas à crianças e adolescentes possa dar um referencial nas outras áreas de governo e lutar pela hegemonia. Para ela há um pensamento conservador que está tomando conta do mundo e que a disputa é por um pensamento global. O Sr. Marcus Fucks, Diretor da ANDI falou que a Agência foi criada no final da década de oitenta e início da década de noventa, com o propósito de regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente através do monitoramento dos meios de comunicação, com a cobertura factual e denunciante que investiga e contextualiza. Atua também na capacitação dos jornalistas. Atualmente a ANDI é o segundo segmento do país com maior credibilidade. A Agência está lançando a Campanha Mídia e Conselhos, em Convênio com o CONANDA/FNCA e o livro “O Grito dos Inocentes”, contendo análise da cobertura que a imprensa brasileira oferece aos temas sexuais (crimes sexuais contra crianças e adolescentes) O Sr. Antônio Teixeira representante do Fórum Nacional DCA falou que a organização existe desde o ano de 1990, sendo composta por quarenta e uma Entidades Não-Governamentais e vinte e sete Fóruns. As ações propostas do Fórum são o monitoramento das ações do CONANDA e dos Conselhos de Políticas Públicas; acompanhamento das questões referentes a crianças e adolescentes no Congresso Nacional; articulação junto a Frente Parlamentar pela Criança e Adolescente; articulação em ações específicas de defesa e promoção dos direitos da

criança e do adolescente; fortalecimento dos Fóruns e Frentes Estaduais de Defesa dos Direitos de Criança e Adolescente e acompanhamento do Orçamento Público no Congresso Nacional. A Sra. Neide Castanha Coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes informou que o Comitê fora criado no ano de 2000, sendo composto por um conjunto de Entidades da Sociedade Civil e do Governo, para acompanhar e avaliar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescentes, como referência única, no âmbito, estadual e municipal e aprovado pelo CONANDA. O Comitê atua também como uma instância política de mobilização e articulação pela eliminação da violência sexual. A Coordenadora informou sobre a instituição do Dia nacional de Luta Contra a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, comemorada no dia 18 de maio, como mecanismo estratégico e articulado para solução do problema. A Sra Edna Lúcia Souza Presidente do FONACRIAD ressaltou que este é um Fórum de órgãos governamentais de atendimento de crianças e adolescentes, principalmente no que tange as medidas socioeducativas, e que se reúne duas vezes ao ano. Falou da participação do FONACRIAD nas discussões do Projeto de Lei de Medidas Socioeducativas. Ressaltou também das dificuldades no desenvolvimento do trabalho com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e que enfrentaram problemas com a exploração e abuso sexual. Salientou que em Minas Gerais o programa de medidas socioeducativas e desenvolvido através da gestão compartilhada com os Salesianos e os Maristas com excelente resultados considerou frágil a relação de entidades governamentais executoras das políticas, os conselhos, alegando que estas fragilidades desembocam na execução das medidas socioeducativas. A conselheira Elisabete saudou este momento importante, em que recebe a equipe da Sra. Vilarán, Parlamentares, sociedade civil, militantes pelos direitos da criança e do adolescente, alegando ser um momento único e importante para o CONANDA que vem lutando e se aprofundando na luta para o enfrentamento das questões abordadas pela sra. Vilarán. Falou das conquistas do ser humano e das formas de desenvolver

mecanismos de articulação nacional e internacional tal qual o capital tem para se garanti, que é a rede de informações rápida para perceber onde há violações dos seus direitos de propriedade e exploração e a sua rápida atuação no mercado financeiro e que os seres humanos, cada um no seu lugar deveria fazer o mesmo para desenvolver o seu potencial e não ser alienado. Falou da agenda do Pacto pela Paz e fez um breve relato sobre os grupos de extermínio de crianças e adolescentes por agentes governamentais (policiais civis e militares). Questionou se há como criar mecanismos de punição que possam inibir estas situações nos estados e municípios. O conselheiro Cláudio registrou duas questões importantes sendo a primeira a comemoração dos 13 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a segunda o Pacto pela paz aprovado na IV Conferência Nacional. Registrou a chaga que ainda do absoluto desrespeito aos direitos mínimos dos adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas, alegando que o sistema ainda è carcerário e não redistributivo e socioeducativo. O Judiciário não tem o seu papel conforme os acordos internacionais, confirmados pelo Estatuto. A conselheira Margarida falou da proposta do TEM vinculada aos direitos humanos e aos direitos da criança de não trabalhar dos direitos do adolescente de se profissionalizar e dos direitos dos que tem acima de dezesseis anos de trabalhar. Falou da introdução na Constituição Federal dos direitos básicos e das restrições do trabalho com a visão da proteção integral daqueles que podem trabalhar. O Ministério vem desenvolvendo um trabalho muito intenso junto a inspeção do trabalho para que não se veja o trabalho como uma anomalia, mas sim como uma criança que tem direitos. A ação não é só repressiva, mas de articulação e de participação da sociedade, impondo sanções, mas também se inserindo dentro da rede de proteção do sistema de garantia de direitos. O conselheiro Alessandro falou da agenda pactuada CONANDA/SPDCA/MNMMR para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos de criança e adolescentes. A conselheira Maria Izabel falou do ato que está sendo realizado em Foz do Iguaçu – PR em homenagem ao dia de luta contra trabalho infantil. Endossou a fala da conselheira

Elisabete, expondo a necessidade de penalizar aqueles que se utilizam do trabalho infantil, com a perda dos bens materiais e o pagamento de multas. Falou do eixo para se trabalhar o atendimento integral e as famílias. Ressaltou ainda a questão da impunidade neste país daqueles que deveriam estar garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes, citando o caso das autoridades do estado do Maranhão, mais especificamente o caso do Juiz afastado por denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes, que retornou ao trabalho através de “habeas corpus”, bem como penalizar os estados que não cumprem a sua função social, como o caso da Febem-SP. O conselheiro Saulo falou da ação pacífica da ABMP desenvolvida por juízes e Promotores de Justiça, sempre através do diálogo. Ressaltou que só há avanços à medida que os assuntos são debatidos conjuntamente para o aperfeiçoamento da atuação. O conselheiro Marcos falou da importância do advogado no processo judicial onde tiver crianças e adolescentes envolvidos, caso contrário o processo se tornará muito nulo. Para defender os Direitos Humanos antes de tudo tem que acreditar na humanidade, este princípio está na Constituição Federal, que todo ser indefeso tem direito a um advogado no processo. A Subsecretaria Denise Paiva falou da importância da reunião ampliada do CONANDA e do desenvolvimento das ações do Estado e da Sociedade. Ela abordou os avanços, citando que o maior deles foi o protagonismo juvenil. Além disso houve avanços em algumas áreas, em outras apenas rumos, porém faltou vontade política e recursos. Para Dra. Denise a falência está no atendimento ao adolescente que cumpre medidas socioeducativas. Há muitas questões do cotidiano que necessitam avançar. A Sra. Susana falou que fora um prazer ouvir a todos ressaltando o compromisso institucional num país pioneiro na garantia e defesa dos direitos de criança e adolescentes. Para ela “quem mais avança mais profundo encherça”. O Vice-Presidente agradeceu a ilustre visitante entregando-lhe um Kit das publicações que representam a caminhada do Conselho. Na oportunidade convidou-a para participar da V Conferência Nacional a ser realizada no mês de dezembro do presente exercício. **VI – Relato das Comissões Temáticas – 1) Comissão de**

Legislação e Regulamentação – O Coordenador da Comissão, conselheiro Osvaldo apresentou o parecer nº 04/2003, sobre o Projeto de Lei nº 5.269/01 da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e estabelece sanções pelo seu descumprimento. O referido Projeto foi enviado pelo Deputado Federal Guilherme Menezes da Comissão de Seguridade Social e Familiar. Segundo o Parecer do Coordenador o assunto é de competência do Ministério da Educação, órgão responsável pela elaboração, aplicação, fiscalização e avaliação das políticas referentes à educação. O conselheiro sugeriu que se houvesse o MEC para posterior encaminhamento do parecer. O assunto foi debatido em plenária, tendo sido aprovado oficial ao Deputado que o CONANDA está aguardando parecer do Mec. Com relação ao Projeto de Lei Nº 67/2003, que altera o artigo 132 do Estatuto, o assunto foi amplamente debatido, tendo sido proposto convidar o Deputado Federal Pompeu de Mattos – Vice-Líder da Bancada do PDT, juntamente com a Coordenação da Frente Parlamentar para discutir o assunto na assembléia do mês de agosto/2003. O coordenador apresentou também minuta de Resolução que dispõe sobre a aplicação das disposições constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, à família, à comunidade, à sociedade e especialmente à criança e ao adolescente indígenas, com minuta de alteração do Estatuto do Índio, para inclusão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi aprovado encaminhar o referido documento para apreciação do Presidente do CONANDA e do Sr.Ministro da Justiça, por ser a FUNAI, órgão da estrutura daquele ministério. 2) **Comissão de Políticas Públicas** – A Coordenadora da Comissão, conselheira Elisabete fez o relato dos trabalhos informando que a Comissão analisou a proposta orçamentária da V Conferência, para os devidos encaminhamentos junto a Coordenação de Cooperação Técnica SEDH/UNESCO e a proposta da Logomarca/Arte da Conferência. Quanto a Logomarca foram apresentados vários modelos e selecionados dois deles para apresentar à plenária, que após longo debate aprovou a marca oficial da Conferência. Com relação a Análise Comparada

do Pacto pela Paz e as Metas da Sessão Especial da Assembléia Especial da ONU sobre a Criança, o UNICEF preparou o referido documento sugerindo a discussão de como acompanhar/monitorar o cumprimento das metas em consonância com o Pacto, à partir do processo das Conferências. A Comissão propôs enviar aos Conselhos Estaduais o documento para ser utilizado como subsídio aos debates, além da remessa de dados estatísticos da situação da infância em cada Estado. Será ainda preparada metodologia e instrumentais de monitoramento do Pacto e das Metas para que seja apresentada na TV Senado e na V Conferência Nacional, para um acompanhamento permanente dessas questões. Além desses documentos serão enviados aos Estados cópia do artigo publicado no boletim **Prioridade Absoluta** da Frente Estadual DCA-MG, como subsidio aos debates nas Conferências Estaduais/Municipais. Foram tratados assuntos relativos a agenda dos palestrantes para a Conferência Magna e a programação do evento. Foi solicitado ao Presidente as articulações necessárias para o agendamento do Senhor Presidente da República para participar da V Conferência Nacional, bem como agendar para a próxima Assembléia visita para entrega oficial do Pacto pela Paz e oficialização do Convite para a Conferência. A Comissão informou que recebeu documento do Fórum de Educação Infantil, solicitando que o CONANDA envie suas considerações ao MEC sobre o PPA, considerando que estas ações representam retrocessos na luta por educação infantil pública. Foi Proposto e aprovado convidar pára a próxima plenária representante do MEC para debater o assunto. No tocante ao Projeto de Lei sobre aprendizagem, do Senador Paulo Paim-PT-RS, foi informado que o Fórum Nacional PETI apresentou parecer ressaltando que as proposições contidas no PL estão contempladas na Lei Nº 10.097/00, que dispõe sobre o Trabalho do aprendiz, exceto com relação a jornada de trabalho de vinte e duas horas semanais. Assim sendo aquele Fórum propôs a retirada do PL e a inclusão de uma emenda à lei tratando apenas da jornada de trabalho, porém, não tendo sido aceito pelo Senador Paulo Paim. Neste sentido, foi proposto pela Comissão o envio de documentos ao Senador, propondo a retirada do PL com recomendações sobre

a emenda. No que tange ao Programa 1º Emprego, foi informado que o documento recebido do Ministério do Trabalho e Emprego não contempla as preocupações do Conselho, reafirmando a proposta do envio de documento do CONANDA sobre as suas preocupações e o convite para debater o assunto na próxima plenária – **3 – Comissão de Articulação e Comunicação** - A coordenadora da Comissão, conselheira Laura Rossetti fez o relato dos trabalhos abordando os pontos que seguem: a) Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – A Comissão analisou o conteúdo do Programa apresentado pela Subsecretaria de Promoção da Criança e do Adolescente, destacando a clientela a ser atendida, a identificação do problema, a definição do ingresso no programa, os responsáveis pela proteção imediata, os responsáveis pela reinserção do adolescente e o financiamento do programa. A subsecretaria Denise Paiva e o Gerente do programa estiveram presentes na reunião da Comissão. O assunto foi debatido pela plenária, tendo o programa sido aprovado com alterações pertinentes e com compromisso da Subsecretaria de repassar ao Conselho a sua nova versão; b) Termo de cooperação técnica SEDH/Banco do Brasil. A Subsecretaria Denise Paiva informou à Comissão que o Lançamento da parceria com o Banco do Brasil está prevista para o próximo dia 10 de julho, durante a Assembléia do CONANDA, objetivando a doação de computadores aos Conselhos Municipais de Direitos e aos Conselhos Tutelares. Este acordo prevê também o envolvimento das gerencias e funcionários das agências do Banco, para uma participação efetiva incluindo treinamento e sensibilização dos clientes, prefeitos, empresários e outros para doação aos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente; c) Termo de Cooperação técnica SEDH/Furnas Centrais Elétricas SA, por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, para implantação e implementação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares nos municípios situados às margens dos lagos formados pelas usinas hidrelétricas de Furnas, como mecanismo estratégicos do sistema de garantia dos direitos de criança e adolescente. A assinatura do termo se

dará no dia onze de julho, como parte das comemorações dos 13 anos do estatuto; d) Termo de Cooperação Técnica SEDH/Ministério da Saúde, para atender adolescentes com medidas socioeducativas de internação e semiliberdade através do SUS, no dia nove de julho durante a Assembléia do CONANDA; e) recebimento de convite da Associação de Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo para proferir palestras na abertura do X Encontro de Conselheiros Tutelares, no período de 26 à 29 de junho do corrente, tendo sido indicado o nome do conselheiro Cláudio para representar o CONANDA; convênio SEDH/CONANDA/ANDI. Estiveram presentes na reunião da Comissão o Sr. Marcus Fuks da Andi e o Vice –Presidente do CONANDA para tratar do lançamento dos materiais da Campanha Mídia e Conselhos nos meios de comunicação: A Comissão sugeriu que as peças referentes a campanha publicitária de rádio, jornal e TV fossem lançadas no mês de julho como parte das comemorações dos 13 anos do Estatuto, juntamente com as demais assinaturas dos termos de cooperação e que o Guia (manual) seja lançado por ocasião da abertura da V Conferência Nacional em ato festivo. As propostas foram amplamente debatidas tendo sido solicitado que os termos dessas parcerias sejam sempre discutidos previamente com o Conselho para definições de papéis e apresentados previamente para parecer. O presidente sugeriu o envolvimento dos Conselhos Estaduais nas comemorações dos 13 anos do Estatuto, e que no caso de Furnas deverão estar presentes os Presidentes dos Conselhos Estaduais dos cinco Estados, onde existe a hidrelétrica. O Vice-Presidente sugeriu que o conselheiro Osvaldo integrasse o Grupo de Trabalho sobre as parcerias. Foi sugerido ainda um pronunciamento do Presidente do CONANDA em cadeia nacional, no dia 13 de julho como encerramento da semana comemorativa de aniversário do Estatuto. As propostas apresentadas pela Comissão foram aprovadas com as sugestões pertinentes. **4) Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Socioeducativas** - A conselheira Tânia fez o relato dos trabalhos informando os pontos que se seguem: **a)** recebimento de carta de Gurupi-To, com denúncias de adolescentes sobre espancamentos, maus tratos, negligências,

cumprimento de medida de internação em Delegacia de Polícia, restrição para banho de sol e visitas das famílias e ausência de programa educativo. A comissão propôs articular-se com alguns órgãos competentes para visitar àquele Município; **b)** recebimento de ofício da Câmara Municipal de São José dos Campos – SP, solicitando informações sobre os procedimentos adotados pela Corregedoria da FEBEM- SP para sanar o problema das visitas aos internos que estão no presídio. Neste sentido o Sr. Paulo da SPDCA informou que os adolescentes que estavam no presídio já retornaram às unidades de internação, ficando apenas o Sr. Roberval (Batoré) que responde por crime cometido após os 18 anos de idade; **c)** recebimento de cópia do parecer técnico nº 15/2003 DCA/SEDH/PR de maio/03, sobre representação conjunta, proposta do Centro pela Justiça e o Direito Internacional da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil junto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, fundamentada em denúncias de violação aos direitos fundamentais de adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em unidades da FEBEM – SP. Segundo informações do Sr. Paulo SPDCA, foi feita uma proposta de acordo em que o Governo Federal atuaria como árbitro e seria dado um prazo para o Governo Estadual responder as denúncias, **d)** com relação aos recursos recebidos da Petrobrás a Comissão definiu atender pelo menos três Estados para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos. No tocante ao PPA será enviado ofício aos ministérios para que apresentem suas rubricas orçamentárias de ações voltadas diretamente ao atendimento de crianças e adolescentes. A partir do mês de setembro será estabelecido uma agenda para receber os ministérios durante as assembleias para apresentação dos seus PPA. Com relação aos Projetos encaminhados através do Edital nº 001, para encaminhamentos de Projetos Esportivos Sociais os mesmos estão em pré-análise no Ministério dos Esportes, tendo sido agendada nova reunião com a Comissão de Chancela no dia oito de julho às 14 horas. Quanto ao projeto de lei sobre medidas socioeducativas que o referido texto deverá ser concluído pela Comissão no mês de julho. Nos dias 31 de julho e 01 de agosto será realizado

oficinas com dois juristas para revisão final e submetido à plenária do mês de agosto para sua aprovação. No que diz respeito a proposta pedagógica e aos parâmetros de construção de unidades, foi reafirmado a necessidade de contratação da Sr^a Eliana para compatibilização dos textos aprovados nos encontros regionais e submetê-los à Comissão no mês de agosto. A proposta final será submetida à Plenária do mês de setembro para a sua aprovação. Foi informado as prioridades da SPDCA para o exercício de 2003, onde deverão ser focados os problemas identificados na pesquisa IPEA/DCA como segue: **a)** recebimento de projetos contidos do Plano Estadual aprovado pelo CEDCA; **b)** priorizar o atendimento em meio aberto; **c)** vincular a implantação do SIPIA II nas Varas da Infância e Adolescência e nos serviços de atendimento e **d)** outros critérios já informados aos governos estaduais. O Sr. Paulo informou ainda sobre as articulações para parcerias com o Ministério da Saúde, Educação e Trabalho e Assistência Social. Informou reunião realizada com o Fonacriad onde foram relacionadas as possíveis causas do aumento da demanda de internação; **a)** polícia mais efetiva; questão social, políticas sociais pouco efetivas; **b)** questão cultural de juízes e promotores; **c)** necessidade de realização de evento com os presidentes de tribunais de justiça, criação de defensorias; **d)** adotar ficha individual para todos os adolescente, com modelos de petições e outros. Foi informado ainda sobre a situação caótica da unidade de internação nos Estados do Espírito Santo e Piauí, sendo para o Piauí foi proposto voltar ao Estado para assessora-lo na reconstrução do plano de atendimento pedagógico, visto que a nova equipe que assumiu os trabalhos não ficou com o histórico do que já foi feito.

.VII – informes Gerais e representações 1)

A conselheira Elisabete informou sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Especial para apuração de denúncias de extermínio de crianças e adolescentes. Já foram realizadas uma audiência pública, com a presença de familiares dos envolvidos. A audiência prevista para Ribeirão Preto não pode ser realizada, tendo em vistas os gravíssimos problemas existentes. Abordou a necessidade de capacitação dos policiais e a criação de ouvidorias independentes. Fez um alerta para que todos os

Conselhos fiquem atentos nestas questões e denunciem os problemas existentes. Ressaltou a importância dos serviços de proteção a testemunha, pois há uma quantidade grande de adolescentes sendo exterminados; 2) A conselheira Maria Izabel expôs a sua participação nas reuniões do Fórum Nacional PETI e CONAETI, com o objetivo de elaborações do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, proposto para ser lançado no mês de outubro próximo. Na reunião do CONAETI foi discutida a questão da deliberação do Plano Nacional pelo CONANDA. A conselheira Maria Izabel propôs que na Assembléia do mês de setembro fosse apresentado ao Conselho o resultado dos trabalhos dessa Comissão. Foi discutido ainda a questão do tempo de permanência da Comissão. A Conselheira deixou registrado a sua preocupação sobre o lançamento do Programa 1º Emprego previsto para o mês de julho próximo e que até o presente o Conselho ainda não recebeu a sua minuta para avaliação. A conselheira Margarida se responsabilizou em encaminhar a minuta o mais breve possível e que a conselheira Maria Izabel e a Comissão fizessem por escrito as questões sobre o 1º Emprego. Foi proposto e aprovado a indicação da Conselheira Marilda Marfan, como suplente do CONANDA na Comissão CONAETI. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

Nilmário Miranda
Presidente do CONANDA